

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/05/2014 a 31/05/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

## Índice

<b>O verde que escraviza.</b> Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas. 03/05/2014.....	3
<b>Índice de suicídios entre indígenas no MS é o maior em 28 anos.</b> Carolina Fasolo – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 26/05/2014 .....	4
<b>Leitores comentam artigo da senadora Kátia Abreu</b> – Folha de São Paulo, Painel do Leitor. 26/05/2014 .....	6
<b>"Sucessão familiar não é transferência de patrimônio", afirma Riedel</b> - Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 27/05/2014.....	6
<b>PEC que trata do trabalho escravo é aprovada com apoio da CNA</b> – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 27/05/2014.....	7
<b>Nos caminhos do poder, repressão e medo.</b> Egon Heck – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 28/05/2014 .....	8

## **O verde que escraviza. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas. 03/05/2014**

Todos reconhecem que o Greenpeace é uma das mais ativas organizações políticas do movimento ambientalista internacional. Seu diretor-executivo, o ativista sul-africano Kumi Naidoo, participou recentemente do Global Agribusiness Forum, promovido por entidades do agronegócio do Brasil.

Seu pensamento, exposto ali e em uma entrevista concedida ao jornal "Valor Econômico", despertou-me reflexões preocupantes. Ele representa o que pensa a comunidade verde na maior parte do mundo. Afinal, a variedade de pontos de vista não é a regra entre os seus devotos.

Minha preocupação decorre de dois aspectos do discurso do sr. Naidoo. O primeiro é a abordagem do problema da mudança climática. Todos sabemos que, por meio do IPCC –Painel Intergovernamental de Mudanças Climática–, a ONU patrocina amplo esforço científico para avaliar as possíveis mudanças do clima, suas causas e modos para mitigá-las.

Esse painel reúne milhares de cientistas de todo o mundo e emite relatórios periódicos para fundamentar os debates entre os governos nas Conferências do Clima.

Questionado sobre esses relatórios, o sr. Naidoo não usou meias palavras. Disse que "o IPCC é fundamentalmente uma organização conservadora" e completou:

"Os cenários que coloca sobre a mesa não são os piores possíveis. Ou seja, qualquer coisa que o IPCC disser é preciso multiplicar por quatro, para ter um quadro genuíno das ameaças climáticas."

Os milhares de cientistas integrantes do IPCC, depois de analisarem cerca de 40 mil documentos científicos, têm, portanto, menos autoridade que o sr. Naidoo, que, com a simplificação tão própria da política radical, determina que se multipliquem por quatro todas as conclusões. E com que propósito? Semear o terror e vetar, de vez, a intervenção da razão e da ciência independente.

O terror sempre foi a mais perversa das ferramentas políticas. Nesse caso, é também contraproducente, pois acaba impedindo a formação de consensos nas conferências governamentais. A cenografia ambientalista dá mais uma prova de que seu movimento é um fim em si mesmo e não busca soluções. Ruim para todos nós.

O pior vem em seguida. Mirando o agronegócio brasileiro, ele disse que "as grandes fazendas industriais são menos resistentes aos impactos do clima do que as pequenas culturas ecológicas; que grandes terras tomadas por monoculturas e dependentes de fertilizantes e agrotóxicos não são sustentáveis e que é preciso mudanças radicais e urgentes".

Mais adiante, o sr. Naidoo afirmou que "a abordagem do setor costuma ser a da monocultura voltada ao mercado de commodities e ao consumo animal" e prosseguiu: "O mal está no tamanho da propriedade, que deve ser pequeno, na especialização

produtiva, no uso de adubos e de remédios contra as doenças e pragas e na produção de plantas para consumo de animais".

Em sua visão peculiar de paraíso agrícola, não existem grandes áreas de produção. Em cada pedaço de terra, planta-se a maior variedade possível e não se produz ração para alimentar bovinos, suínos ou aves, que devem viver ao redor da casa, comendo ervas e insetos. Aliás, era isso o que existia há 50 ou 100 anos, no Brasil e em boa parte do mundo. Comia-se pouco e mal. Será esse o futuro que queremos?

Se for essa a escolha, como fazer a transformação? O Estado tomaria as terras de seus proprietários para distribuí-las a quem se comprometesse a ser pequeno e não vender sua produção? O Estado decidiria o que produzir, com que sementes e com quais técnicas?

Pois bem, estou convicta de que pessoas livres para escolher não fariam nada disso. Simplesmente repetiriam o que os agricultores de hoje fazem.

Na utopia passadista do sr. Naidoo, não há lugar para a liberdade e para o indivíduo. O Estado, em nome da natureza, tudo dirige e controla. É assim que vamos tornar as pessoas mais felizes e o mundo melhor?

Liberdade é valor inarredável. Um paraíso verde, cheio de escravos, é pesadelo com o qual não queremos sonhar.

---

### **Índice de suicídios entre indígenas no MS é o maior em 28 anos. Carolina Fasolo – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 26/05/2014**

*No período de 1986 a 1997, foram registradas 244 mortes por suicídio entre os Guarani-Kaiowá de MS, número que praticamente triplicou na última década. De 2000 a 2013 foram 684 casos. Confira a reportagem:*

*Por Carolina Fasolo, do Cimi*

No dia 3 de abril, quando amanheceu em uma aldeia Guarani-Kaiowá, localizada no sul do estado de Mato Grosso do Sul, a mãe de três filhos abriu a porta de casa e paralisou ao ver o corpo frágil de sua menina mais nova suspenso pelo lençol, amarrado à árvore por um nó que parecia firme. No dia anterior, a garota havia completado 13 anos.

“A mãe disse que ela chegou da escola muito triste e reclamando de dores na cabeça”, conta Otoniel, liderança Guarani-Kaiowá. “Depois que todos foram dormir ela amarrou o lençol na árvore e se matou. Um primo dela de 12 anos tinha se enforcado uma semana antes. E uns dias depois que ela morreu outro adolescente, de 16 anos, também se suicidou na mesma aldeia. Fui até lá para saber o que estava acontecendo”.

Os três enforcamentos em menos de duas semanas fazem parte de uma estatística que no ano de 2013 ganhou contornos históricos. Foram contabilizados 73 casos de suicídios entre os indígenas de Mato Grosso do Sul. De acordo com registros do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), é o maior número em 28 anos. Os dados, apurados pelo

Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/MS), constam no Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, a ser divulgado pelo Cimi em junho.

Dos 73 indígenas mortos, 72 eram do povo Guarani-Kaiowá, a maioria com idade entre 15 e 30 anos. Otoniel acredita que o motivo de tantos jovens cometerem suicídio é a falta de perspectiva. “Não têm futuro, não têm respeito, não têm trabalho e nem terra pra plantar e viver. Escolhem morrer porque na verdade já estão mortos por dentro”.

O procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida, do Ministério Público Federal (MPF) em Dourados (MS), explica que as oportunidades de trabalho para os indígenas são praticamente restritas a atividades subalternas degradantes, como o corte da cana-de-açúcar. “Temos escolas indígenas, mas o modelo educacional não foi construído para a comunidade, existe apenas uma ‘casca indígena’, que não contempla a inserção do jovem no processo produtivo”, completa.

“A discriminação e o ódio étnico, condutas incentivadas inclusive pelos meios de comunicação, acentuam sobremaneira o problema dos suicídios. Os indígenas são pintados como entraves, empecilhos, obstáculos ao desenvolvimento. É como se a mídia passasse a mensagem ‘Se você quer ficar bem, tire o índio do seu caminho’, ressalta o procurador.

13 anos, 684 suicídios

No período de 1986 a 1997, foram registradas 244 mortes por suicídio entre os Guarani-Kaiowá de MS, número que praticamente triplicou na última década. De 2000 a 2013 foram 684 casos. “As atuais condições de vida desses indígenas, que desembocam em estatísticas assombrosas de violência, têm origem num processo histórico”, explica Marco Antonio Delfino. “O que aconteceu foi uma transferência brutal, por parte da União, de territórios indígenas para não índios”.

A transferência se deu, principalmente, pelo então Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que demarcou, entre 1915 e 1928, oito pequenas reservas no sul do estado para onde diferentes povos indígenas foram obrigados a migrar. “As reservas demarcadas serviam como um depósito gigantesco de mão de obra a ser utilizada conforme os interesses econômicos. Todo o processo de confinamento indígena teve como finalidade sua utilização como mão de obra para os projetos agrícolas implantados no país, desde a cultura da erva-mate até recentemente, com a cana-de-açúcar”, completa o procurador.

O confinamento compulsório, com a sobreposição de aldeias distintas e de dinâmicas político-religiosas peculiares, acirrou o conflito dentro das reservas, alterando profundamente as formas de organização social, econômica e cultural dos indígenas, o que resultou em índices alarmantes de superpopulação, miséria e violência nestes espaços.

Definida pela vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat, como “a maior tragédia conhecida na questão indígena em todo o mundo”, a Reserva Indígena de Dourados é um dos exemplos mais contundentes desse processo histórico. Encravada no perímetro urbano do município, na Reserva vivem hoje mais de 13 mil indígenas em 3,6 hectares de terra. É a maior densidade populacional entre todas as comunidades

tradicionais do país, e onde aconteceram 18 dos 73 casos de suicídio no estado em 2013.

“Hoje enfrentamos uma carência extremamente aguda de políticas públicas. Desde 2009 existem discussões para implantar um Centro de Atenção Psicossocial Indígena em Durados mas, por enquanto, não foi adotada nenhuma medida concreta para sua construção”, diz Marco Antonio Delfino. “A impressão que se tem é que as pessoas perderam o controle sobre o monstro que criaram, que são essas reservas. Então, fica nesse jogo de empurra-empurra, sempre com soluções paliativas. Precisamos reconhecer e reparar os erros cometidos para que existam soluções efetivas. O primeiro passo é demarcar os territórios usurpados dos indígenas”, conclui o procurador.

---

### **Leitores comentam artigo da senadora Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Painel do Leitor. 26/05/2014**

Levei um susto ao ler o artigo "A alavanca de Aristóteles", de Kátia Abreu ("Mercado2", 24/5). Quando li o título, pensei: "Ela está fazendo um jogo de palavras e ideias". Que decepção! Nada de ilações inteligentes a partir de duas grandes inspirações: a alavanca e Aristóteles. Citada como se fosse de Aristóteles, a frase sobre a alavanca é atribuída a Arquimedes. Um erro lamentável.

REGINA OBATA (São Paulo, SP)

\*

Bom e correto o artigo de Kátia Abreu defendendo o agronegócio, alavanca que tem impedido que o país vá para o buraco. Lamentável é a senadora ter confundido Aristóteles com Arquimedes. Como a cultura clássica não é o forte do Brasil, talvez nem fosse o caso de assinalar o erro, que passaria batido pela maioria, mas seria um crime com a memória de Aristóteles e Arquimedes.

TIBIRIÇÁ RAMAGLIO (São Paulo, SP)

\*

RESPOSTA DA COLUNISTA KÁTIA ABREU - Por um lapso de memória, atribuí a Aristóteles uma frase de Arquimedes. A confusão autoral não invalida o paralelo que quis traçar –e que reitero– entre a alavanca e o agronegócio. Perdão, leitores.

---

### **"Sucessão familiar não é transferência de patrimônio", afirma Riedel - Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 27/05/2014**

A sucessão familiar não pode ser confundida com transferência de patrimônio, não é apenas entrega de bens, é um processo que precisa ser bem equacionado e necessita de profissionalização. A afirmação é do pelo presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul), Eduardo Riedel, que palestrou durante 50ª Feira Agropecuária Internacional de Dourados, Expoagro 2014, nesta segunda-feira (26).

Riedel enfatizou que a administração das finanças e transparência dos negócios rurais são fundamentais para o bom desempenho da propriedade.

Para o dirigente, não existe um modelo pronto de sucessão familiar, mas um processo de transição constituído pela família. Eduardo Riedel abordou também os obstáculos existentes na empresa familiar, como a sobrecarga operacional nos herdeiros da família, a dificuldade em atrair ou reter talentos e os conflitos familiares. "Lealdade à tradição é um dos desafios na sucessão familiar quando o assunto é inovação. É preciso ter a consciência de que a sucessão não se trata de substituir uma pessoa por outra, mas trocar uma maneira de administrar por outra".

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o Brasil possui 5,2 milhões de propriedades rurais. Deste total, 28,8% foram repassadas por herança e 5,7% são consideradas de classe A e B. "Apesar deste pequeno percentual, essas duas faixas, respondem por 78,8% do Valor Bruto de Produção, indicador que revela a geração de riqueza do setor", afirmou Riedel, ao ressaltar que este grupo é o mais preocupado com a transição do negócio.

Durante a Expoagro o presidente da Famasul recebeu do presidente do Sindicato Rural de Dourados, Marisvaldo Zeuli, uma medalha de homenagem aos 50 anos da Feira dedicada aos parceiros do evento. A 50ª edição da exposição agropecuária apresentou também o Sistema Free Stall, desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem (Senar/MS), um sistema intensivo de produção de leite, com procedimentos completos que vão da alimentação à máquina de ordenha, em que os dejetos das vacas são transformados em bioenergia.

---

### **PEC que trata do trabalho escravo é aprovada com apoio da CNA – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 27/05/2014**

O Congresso Nacional vai promulgar, na próxima semana, a Emenda Constitucional que ficou conhecida como PEC do Trabalho Escravo e que prevê a expropriação de propriedade rural ou urbana onde for identificada prática deste crime. Para evitar injustiças e garantir a rigorosa punição de criminosos, a CNA propõe que haja uma definição clara e detalhada do conceito de trabalho escravo.

Ao declarar seu voto favorável à PEC 57-A, a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, afirmou na noite de terça-feira (27), que os produtores agrícolas do país sempre condenaram qualquer tipo de cerceamento à liberdade do trabalhador. Segundo ela, casos de submissão ao trabalho forçado, de restrição ao uso dos meios de transporte ou, ainda, de privação de locomoção por causa de dívidas contraídas não podem ser aceitos pela sociedade. No seu entender, os verdadeiros produtores agrícolas jamais fizeram uso de tais práticas.

“Como Senadora e presidente da CNA, e acima de tudo como cidadã brasileira, declaro que as pessoas que praticam o trabalho escravo não representam o setor produtivo, pois

não há como concordar com tais práticas abusivas contra o trabalhador em qualquer parte do mundo”, destacou a Kátia Abreu em sua intervenção durante a votação da PEC. Ela defendeu que a proteção ao trabalhador deve ser aquela caracterizada pela Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A PEC, que foi aprovada no plenário do Senado Federal por unanimidade, em dois turnos de votação, modifica o artigo 243 da Constituição Federal. É neste artigo que está prevista a regulamentação, objeto do projeto de lei 432/2013, que já foi aprovado em Comissão Especial e emendado no plenário do Senado. Agora, os senadores irão analisar as mudanças propostas. É este projeto que detalhará os conceitos para que irregularidades trabalhistas não sejam confundidas com a prática de trabalho escravo.

---

### **Nos caminhos do poder, repressão e medo. Egon Heck – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 28/05/2014**

*Brasília amanheceu em tom acinzentado. Para os 600 representantes indígenas de todo o país, reunidos no décimo acampamento Terra Livre, era um dia de intensa mobilização e manifestações na capital federal.*

*Por Egon Heck, do Cimi*

Parece que procuraram testar o esquema de segurança e repressão com os povos indígenas. O local do acampamento foi permanentemente vigiado e tentaram intimidar as lideranças parando os ônibus na BR-040, rumo aos três poderes.

Nada mais simbólico do que ocupar, com rituais, danças, flechas, maracás e bordunas, a Praça dos Três Poderes. Ecoou forte o grito: “Estamos vivos! E estamos aqui!” Na praça já estavam manifestantes dos atingidos por barragens – MAB.

A parte da manhã desse memorável dia 27 de maio terminou com os indígenas protocolando uma queixa-crime contra os parlamentares Luiz Carlos Heinze e Alceu Moreira por declarações racistas e incitamento à violência contra os índios. A bancada ruralista está aproveitando a Comissão Especial da PEC 215/2000 como palanque anti-indígena e ataques aos direitos constitucionais desses povos.

Sob um sol escaldante, com o refrigério de algumas nuvens densas, os indígenas deram sequência às manifestações dirigindo-se em passeata até à frente do Palácio do Planalto. Forte esquema de segurança já estava armado. Os índios deram seu recado em frente à rampa do palácio e seguiram em direção do Congresso. De repente irromperam para a plataforma que envolve os plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Ali fizeram rituais e danças, à semelhança de 1988 quando da conquista dos direitos indígenas na Carta Magna. Com a diferença que desta vez a manifestação era para evitar a retirada de direitos conquistados. Esse espaço público especial foi fechado ao povo. Porém assim como visitaram o plenário por dentro, em abril do ano passado, desta vez o visitaram, pelo lado de fora. Os povos primeiros visitam os lugares proibidos!



A manifestação seguiu, acompanhada de veementes falas das lideranças, até o Ministério da Justiça. De maneira incisiva e dura, cobraram do ministro Cardozo a retomada das demarcações de terras indígenas e garantia dos direitos desses povos. Foi também o momento de um bom grupo se refrescar nas cachoeiras do ministério.

Nos caminhos da Copa, a repressão

O dia já avançava para seu final, com um agradável clima para os manifestantes que se dirigiram ao Estádio Internacional Mané Garrincha. Como brasileiros tinham o direito de ver a taça ali exposta. Porém, no caminho, já próximo ao estádio a marcha foi brutalmente interrompida com cavalaria, gás lacrimogêneo e de efeito moral, balas de borracha e spray de pimenta. Seis índios foram feridos com balas de borracha. A caminhada havia sido convocada pelo Comitê Popular da Copa – DF, numa caminhada pacífica até o estádio mais caro do país, que mostra o encastelamento do poder da FIFA.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil distribuiu nota de repúdio contra mais essa violência sofrida pelos povos indígenas. Repetiu-se a repressão cometida em Coroa Vermelha, no ano 2000.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,  
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,  
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa